

TEREZINHA AZERÊDO RIOS

Mineira de Belo Horizonte, formou-se em Filosofia na UFMG. Vive desde 1968 em São Paulo. Fez o mestrado em Filosofia da Educação na PUC-SP e o doutorado em Educação na Faculdade de Educação da USP. É professora do Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove) e do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP. Faz parte do Conselho Editorial de Educação da Cortez Editora, pela qual publicou *Ética e Competência* e *Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade*, e, pela Editora Moderna, *Filosofia na escola – o prazer da reflexão*, em parceria com Marcos Lorieri. Trabalha também como assessora e consultora em projetos de formação de professores e educação continuada de profissionais de diversas áreas do conhecimento.

A análise dos recentes resultados das avaliações oficiais dos alunos da rede pública de educação básica nos leva a constatar uma sensível piora de qualidade, com o aumento da distância entre estudantes das particulares e das públicas. O que esses resultados nos dizem sobre a educação brasileira?

Os resultados nos mostram que ainda há um longo caminho a ser percorrido na direção de uma educação que realmente vá ao encontro das necessidades concretas da sociedade brasileira. As políticas educacionais não têm contemplado algumas questões fundamentais e as ações implementadas ainda deixam a desejar no que diz respeito à formação da cidadania, da vida feliz, que deve ser o objetivo último de um trabalho educativo. Vale procurar afastar o mito da boa escola particular e da má escola pública. Lamentavelmente, parece que todas são atingidas por problemas sérios, cujas causas se encontram no núcleo do sistema econômico e das concepções que o sustentam. O desafio está no que fazer, a partir dos resultados e das análises. Se eles nos dizem algo, ouçamos. E coloquemos mãos à obra para explorar ou criar as condições que nos permitam superar os problemas e construir a escola que desejamos e da qual temos necessidade.

As sociedades atuais vivem um cenário de amplas e aceleradas mudanças culturais, com fortes impactos nas famílias, no papel das mulheres, nas expectativas profissionais de pais e estudantes. Considerando que a cultura de uma sociedade é a matéria-prima da educação, qual a direção que se aponta para as relações entre escola e cultura?

É importante pensar que entre escola e sociedade há uma relação de influência recíproca. As mudanças no contexto mais amplo interferem no contexto escolar e as mudanças que ocorrem na escola têm ressonância na sociedade de que ela faz parte. A escola, como instância educadora, socializa, cria e recria a cultura. E, como tem a tarefa de educar de maneira planejada e sistematizada, é desafiada a refletir continuamente sobre a cultura que deve socializar, sobre os valores em que se sustentam suas práticas, sobre a ressonância desses valores na vida da escola, sobre as mudanças que devem ser realizadas.

O mesmo ambiente atual parece enfatizar a valorização de habilidades que preparam o indivíduo para a competição, em moldes que indicam a aproximação dos misteres educativos à lógica mercadológica, e tendem a provocar certa confusão de valores. Como vê as relações entre ética e educação na escola?

Sem a presença da ética, a escola estará se distanciando da realização de um trabalho sério e competente. Quando se fala sobre esse tema, procuro sempre fazer a distinção entre ética e moral, não para separá-las – o que é impossível –, mas para que possamos nos referir a elas com mais propriedade. Enquanto a moral consiste no conjunto de prescrições que orientam a conduta de indivíduos e grupos nas sociedades, a ética se apresenta como um olhar crítico sobre a moral, perguntando pelos fundamentos dos valores que a sustentam. E é com base nos princípios da ética – o respeito, a justiça, a solidariedade – que as ações morais podem ser julgadas. Não faço esta distinção para confundir. Ao contrário, gostaria que ela fosse esclarecedora, para levar ao reconhecimento da presença da moral em todas as ações e relações, e de uma ausência da ética em boa parte delas, em nosso contexto social. É porque temos necessidade dessa presença da ética que precisamos nos mobilizar para identificá-la e promovê-la com firmeza. Portanto, há sempre uma moral presente na escola. Muitas vezes, ela está baseada em valores que se distanciam dos princípios éticos. Assim, é necessário um constante exercício da reflexão ética. Com base em seus princípios, poderíamos identificar e superar as práticas individualistas e excludentes que caracterizam as morais contemporâneas e encontram-se refletidas no contexto escolar.

Levando em conta os processos abrangidos pelo termo ‘globalização’ e o recorrente discurso de que estamos em plena sociedade do conhecimento, quais os principais desafios postos, no Brasil, para a escola do século XXI e para seus professores?

Não há como fugir a um processo de globalização, se entendermos que o avanço da tecnologia, da comunicação tem proporcionado uma ampliação das relações entre todos os países do planeta. O importante é pensar na feição perversa de que se tem revestido esse fenômeno no presente. Estão postas para a escola as indagações de T. S. Eliot: “Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento? Onde está o conhecimento que perdemos na informação?”. Ainda não estamos, efetivamente, numa sociedade do conhecimento. Temos, sim, uma sociedade em que a informação parece disponibilizada para todos, mas ainda existe a dificuldade de que ela seja realmente apropriada por todos. E ainda há obstáculos que impedem que ela se transforme em conhecimento, em algo que tenha sentido para aqueles que dele se apropriem. Temos que pensar na responsabilidade da escola nesse contexto, uma vez que ela é um espaço privilegiado de socialização do conhecimento. Os professores e professoras terão de pensar nas exigências que lhes são colocadas para uma real partilha do conhecimento e empenhar-se no aprimoramento de seu trabalho (que implica apropriação do conhecimento, para poder partilhar) e na luta pela criação de condições para a construção e reconstrução do conhecimento, que é própria da tarefa educadora. Quando falamos na escola como espaço de construção e partilha do

conhecimento, estamos nos referindo a seu papel como instituição social. Dizemos que a escola *é*, mas nessa afirmação apontam-se uma exigência e um desejo: a escola *deve ser*. Na medida em que as políticas educacionais não contemplam efetivamente as necessidades concretas da escola e não promovem condições para que haja realmente a construção, e não apenas a reprodução do conhecimento, a escola não tem possibilidade de cumprir seu papel, ou o faz de maneira precária. Uma das condições para que esse papel se cumpra de maneira competente é a formação – inicial e continuada – séria, rigorosa dos professores, que vai causar impacto na formação dos estudantes.

Dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento de São Paulo indicam que apenas 3% dos docentes da educação básica são formados pelas universidades públicas paulistas. Seria o caso de enfatizar a responsabilidade delas na formação de docentes para as escolas públicas?

Se levarmos em consideração os problemas que se enfrentam no ensino básico, nas escolas públicas, teremos possibilidade de compreender a presença restrita de alunos formados por elas nas universidades públicas, cujo processo de seleção traz exigências que estão longe de serem atendidas por aqueles alunos. Assim, eles se dirigem para os cursos oferecidos pelas instituições particulares. E, no caso dos professores, retornam como profissionais à escola pública. Felizmente, já se propõem projetos nas universidades públicas que ampliam as possibilidades de ingresso de alunos de escolas públicas. O projeto INCLUSP da Universidade de São Paulo é um exemplo dessa iniciativa. Mas há que estar atento aos projetos de formação de professores que se apresentam – na USP e em todas as outras instituições –, para verificar se são contempladas efetivamente as exigências de uma formação para uma docência da melhor qualidade!

Pensando as responsabilidades e a postura dos professores em relação ao sistema educativo, como vê a velha polêmica, dirigida aos docentes, que relaciona competência técnica e compromisso político?

Falar em competência do professor é apontar a presença, em seu trabalho, de várias dimensões: a *técnica*, que diz respeito ao domínio de conceitos e de recursos para socializá-los; a *estética*, que se refere à presença da sensibilidade no trabalho; a *política*, ligada ao conhecimento e à interferência no contexto social em que se dá a prática educativa, e uma dimensão *ética*, que é fundante da competência, pois está referida ao compromisso do professor com a construção do bem comum, da cidadania. Portanto, habilidades de natureza técnica, referentes ao fazer, estão estreitamente articuladas a atitudes de natureza política e ética, que definem a intencionalidade e as implicações desse fazer. É preciso alertar que não se trata de *competências* no plural – o trabalho competente, repito, ou contempla essas dimensões, articuladas entre si, ou não faz jus a essa denominação. O professor competente é um profissional que *sabe fazer bem o que é preciso fazer*. E o que é preciso fazer não é o que é estabelecido pelos órgãos oficiais ou imposto de fora. É aquilo que corresponde às necessidades da formação de um ser humano e que resulta do conhecimento amplo e profundo da realidade social e dos indivíduos e grupos que a compõem.

Diante dos desafios educacionais que precisam ser enfrentados por governos, sociedade e educadores, como vê as responsabilidades e as formas de participação do sindicalismo docente?

Ser professor implica fazer parte de uma categoria profissional cuja especificidade demanda uma participação peculiar – educativa – no contexto em que atua. O sindicato é espaço de reflexão sobre essa participação e de organização de ações que, articuladas às de outras categorias profissionais, contribuam para a construção da democracia e do bem comum. Há uma perspectiva pedagógica no trabalho de um sindicato de professores. Isso quer dizer, de um lado, que os profissionais da educação não podem perder de vista o caráter educativo de sua prática e, de outro, que há necessidade de uma formação contínua, para a qual o sindicato pode e deve contribuir. Claro que há uma especificidade na formação que se promove no sindicato e que se diferencia da formação em outros espaços. Penso que não se trata de preencher lacunas de uma formação que deixa a desejar nos cursos regulares; significa, isto sim, voltar a atenção para as questões que emergem na *prática dos professores, no cotidiano de seu trabalho nas escolas*, e que, certamente, estarão ligadas à formação, mas que se revestem de um caráter diferente em virtude do contexto real em que se dá a prática. Temos conhecimento de experiências muito bem sucedidas de vários sindicatos e podemos perceber que seu sucesso se funda na sensibilidade para reconhecer as necessidades dos docentes, para identificar possibilidades de atuar com propostas desenvolvidas pelos próprios docentes e para promover um trabalho reflexivo que tenha ressonância na escola, nos alunos, na comunidade.

Pensando as experiências e os projetos de ensino a distância: trata-se de ‘desencarnar’ a educação? A EAD é apenas necessária, ou se tornou fundamental na educação contemporânea?

A pergunta que aqui se apresenta é: “Quem tem medo do lobo mau?” A educação a distância tem sido considerada como um vilão, o lobo que procura comer o porquinho, ou privá-lo de obter sua comida. Penso que é um posicionamento extremista. Não se trata, também, de defendê-la como a um mocinho, um herói que chega para resolver os problemas do processo de ensino-aprendizagem. Não temos falado tanto que o que deve ser foco de atenção é a forma como se utiliza a tecnologia, *o como se propõem os projetos?* A questão não é substituir, pura e simplesmente, a educação chamada de presencial. Temos denunciado os problemas que se

enfrentam na educação presencial. Não podemos afirmar categoricamente que eles se agravariam na educação a distância. A questão fundamental está na qualidade da presença, “perto ou longe”. Temos conhecimento de projetos muito bem sucedidos, projetos sérios que exploram as potencialidades da tecnologia e que, longe de desprezar a presença do professor, criam essa presença de um modo criativo e respeitoso. Tem-se afirmado que o *ensino* a distância perde algo do caráter *educativo* que deveria ser garantido no processo; que ele só poderia garantir a dimensão técnica, uma vez que as demais – estética, política, ética – seriam relegadas a um plano secundário. Mais ainda: que no caso da formação de professores, esses não poderiam vivenciar de verdade, na formação, a relação pedagógica que vivenciarão na sala de aula, no momento da prática profissional. Sem dúvida, isso pode ser chamado de uma “fragilidade pedagógica” da educação a distância. Mas é preciso lembrar, que os saberes *pedagógicos* são de várias naturezas e o encontro com os professores, que pode se dar sem ser presencialmente, proporciona muitos outros encontros.

O Prof. Ricardo Antunes, quando perguntado sobre o ensino a distância, diz, entre outras coisas, que “cheira a uma formação em massa... desumanizada... No EAD a alma se perde pelos fios, e nós temos que resgatar os fios capazes de propiciar um ensino com alma”. Como interpreta essas observações?

Não quero que minha argumentação seja considerada extremista, como defesa incondicional da EAD, mas tenho medo do risco de jogar fora a criança com a água do banho, quando fazemos a crítica. Quando o professor Ricardo Antunes fala na necessidade de resgatar os fios de um ensino com alma – que é, sem dúvida, o ensino que vale – ele até admite que haja fios... O problema não está nos fios da máquina, e sim nos fios com que se tece o trabalho, em todos os seus momentos. Concordo inteiramente que há necessidade da alma, mas penso que ela pode existir se há consciência da presença de todas as dimensões do trabalho docente em todas as modalidades de educação. A estética, a política, a ética não estão escondidas na EAD – elas se revelam aí! E é por isso mesmo que se requer um cuidado especial para verificar como elas se revelam, o que elas revelam. A gente diz que nada substitui o olho no olho, o toque, a cara fechada ou sonolenta, o suspiro que se encontram nas relações presenciais nas aulas. É isso mesmo! Mas, neste nosso tempo de limites grandes à comunicação, temos que pensar nas possibilidades que são abertas para promover o encontro de forma positiva, considerando esses limites e procurando reduzi-los. Temos, sim, que denunciar as propostas que se fazem apenas no sentido de aligeirar a formação ou que atendem apenas a interesses econômicos das instituições. E isso vale não só para o EAD, mas para todo o âmbito do trabalho educacional.

Entrevista feita por correio eletrônico, entre os dias 5 e 12 de abril de 2007.